

12º Exame de Ordem - 1ª fase - 2000

Direito Civil

1. A pessoa que recebe em doação um imóvel, com eficácia submetida a uma condição suspensiva, conforme escritura pública devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis tem:
 - (a) A plena propriedade do imóvel;
 - (b) Um direito adquirido;
 - (c) Uma expectativa de direito;
 - (d) A disponibilidade do imóvel.

2. Tendo sido declarado nulo o casamento dos pais e reconhecida a má-fé de ambos, os filhos:
 - (a) Têm desconstituída sua paternidade;
 - (b) Não sofrem qualquer alteração em seus direitos, inclusive a alimentos dos pais;
 - (c) Perdem o direito a receber alimentos dos pais;
 - (d) Devem requerer alimentos aos avós.

3. A aquisição da propriedade de um imóvel por usucapião se dá:
 - (a) Quando completados vinte anos de posse sem interrupção e sem oposição;
 - (b) Após o trânsito em julgado da sentença que o reconhece;
 - (c) Após o registro da sentença no Cartório do Registro de Imóveis competente;
 - (d) No momento em que se toma posse do imóvel de boa-fé.

4. Uma mulher, casada sob o regime da separação convencional de bens (total), para ceder os direitos à sucessão de seu pai, aberta em 1999:
 - (a) Deve ser assistida por seu marido, por ser casada;
 - (b) Pode assinar sozinha a respectiva escritura, em razão do regime de bens;
 - (c) Necessita da outorga conjugal, em razão de se tratar de bem de natureza imóvel;
 - (d) Deve, necessariamente, obter autorização judicial, por se tratar de herança.

5. É facultado ao advogado renunciar ao mandato que lhe foi outorgado, a qualquer tempo, desde que:
 - (a) Já tenha recebido os honorários advocatícios contratados em seu valor total ou, proporcionalmente, até a fase em que se encontre o processo;
 - (b) Comprove ter cientificado o mandante a fim de que nomeie substituto, ainda que tal ciência tenha sido por meio de carta, comunicação telefônica, fac-símile etc., permanecendo, entretanto, por mais 10 dias seguintes após a notificação, representando-o, desde que necessário para lhe evitar prejuízo;
 - (c) Conste do instrumento do mandato, de forma expressa e clara, a possibilidade da renúncia a qualquer tempo, de modo que o outorgante já fique ciente de tal direito, no ato da assinatura da procuração;
 - (d) Promova a notificação prévia do outorgante, através de procedimento específico, no qual assumo o compromisso de continuar com a representação pelo prazo mínimo de 15 dias, de modo a evitar prejuízos para o mesmo.

6. O prazo para proposição da ação rescisória, se extingue:
 - (a) Em 1 ano após o trânsito em julgado da decisão;
 - (b) Em 2 anos após o trânsito em julgado da decisão;

- (c) Em 3 anos após o trânsito em julgado da decisão;
- (d) Em 15 dias após o trânsito em julgado da decisão.

7. Após o trânsito em julgado da sentença a parte prejudicada obtém prova de que a parte vencedora se valeu de prova falsa durante a instrução, o que influiu decisivamente no julgamento. Como advogado da parte prejudicada você:

- (a) Sustaria os efeitos da sentença através de Mandado de Segurança, enquanto ingressaria com Ação Rescisória contra referida sentença;
- (b) Ingressaria com Ação Rescisória, não havendo meio legal de impedir os efeitos da sentença em razão do trânsito em julgado;
- (c) Ofereceria Agravo de Instrumento;
- (d) Oporia Embargos contra a decisão, que diante da nulidade seria apreciada diretamente pelo mesmo juiz que proferiu a decisão.

8. João tendo emprestado certa importância a seu primo José, não cuidou de obter sua assinatura em documento que tornasse hábil a futura cobrança, diante do constrangimento decorrente da relação de parentesco, sendo certo que tais tratativas verbais ocorreram na presença de Manoel e Joaquim. Diante desta hipótese João poderá:

- (a) Nada poderá fazer, pois dívida não se comprova com testemunha;
- (b) Poderá se valer de prova testemunhal, independentemente do valor contratado, face ao impedimento moral existente;
- (c) Só poderá se valer de testemunhas se estas forem em número de quatro ou mais;
- (d) Não existe previsão legal para esta hipótese.

Direito Penal

9. Crime preterdoloso ou preterintencional é aquele:

- (a) Que tem como sujeito passivo entidades sem personalidade jurídica;
- (b) Que o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;
- (c) Em que a ação causa um resultado mais grave do que o pretendido pelo agente;
- (d) Que exige o concurso de duas pessoas, mesmo que uma delas não seja culpável.

10. Jorge Vieira, funcionário da Secretaria de Fazenda do Estado, passou a patrocinar interesse de seu cônjuge perante a Secretaria de Administração, objetivando que a mesma recebesse fatura de serviços por ela realizados. Qual o delito cometido por Jorge:

- (a) Prevaricação;
- (b) Advocacia administrativa;
- (c) Exploração de prestígio;
- (d) Tráfico de influência.

11. Cobrador de uma empresa utiliza o dinheiro recebido e, notificado para prestar contas, deixa de fazê-lo. Em consequência, a lesada oferece *notitia criminis* e, concluído o inquérito, o feito vai ao Ministério Público, que oferece denúncia, a qual é recebida. Já instaurada a ação penal, o cobrador vai ao Juízo Cível, onde presta contas e deposita o dinheiro de que havia se apoderado. Indaga-se:

- (a) A ação penal deve ser trancada em face da nova situação;
- (b) A ação penal prossegue e o cobrador será absolvido em decorrência do ressarcimento do dano;
- (c) A ação penal terá prosseguimento e o cobrador será condenado, podendo o juiz atenuar a pena em virtude da efetivação do depósito;
- (d) A ação penal prosseguirá e o juiz julgará extinta a punibilidade.

12. João, inconformado com o valor que vinha pagando, resolve alterar o seu relógio marcador de luz e, em consequência, passa a pagar metade

da energia que efetivamente consumia. João cometeu:

- (a) Furto de energia;
- (b) Ilícito meramente civil;
- (c) Apropriação indébita;
- (d) Estelionato.

13. De acordo com o sistema de provas adotado no Direito Processual Penal, é correto afirmar que:

- (a) Se aplica o princípio da certeza legal;
- (b) Há hierarquia prefixada de provas;
- (c) Se aplica o princípio do livre convencimento;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

14. A mútua relação existente entre a sentença e o pedido constante da acusação delimita a apreciação judicial com base no seguinte princípio:

- (a) Princípio da correlação;
- (b) Princípio da indisponibilidade;
- (c) Princípio da identidade física do juiz;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

15. No processo penal brasileiro, a queixa é:

- (a) O ato em que se formaliza o exercício do direito da ação penal pública condicionada;
- (b) O ato em que se formaliza o exercício do direito da ação penal de iniciativa privada;
- (c) O ato em que se formaliza o exercício do direito da ação penal pública incondicionada;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

16. O procedimento estabelecido na Lei nº 9.099/95, para o julgamento dos crimes de menor potencial ofensivo, é o:

- (a) Procedimento comum para os crimes apenados com reclusão;
- (b) Procedimento comum para os crimes apenados com detenção;
- (c) Procedimento especial para os crimes dolosos contra a vida;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

Direito Trabalhista

17. A Ação Rescisória, na Justiça do Trabalho, na 1ª Região (RJ) é julgada pelo:

- (a) Órgão Especial;
- (b) Turma do T.R.T.;
- (c) SEDI;
- (d) Nenhuma das respostas anteriores.

18. Após fixado pelo Juiz do débito trabalhista em execução, a parte que é executada pode:

- (a) Oferecer Recurso Ordinário;
- (b) Oferecer Agravo de Instrumento;
- (c) Oferecer Embargos (que não são os de Declaração);

(d) Oferecer Agravo de Petição.

19. O "sobreaviso" do eletricitário, a ser pago mensalmente, é de:

- (a) 2/3 do seu salário normal;
- (b) 1/3 do seu salário normal;
- (c) 35% do seu salário normal;
- (d) Nenhuma das respostas acima.

20. A equiparação salarial exige que os 2 comparados (Reclamante e o paradigma) tenham, nas mesmas funções:

- (a) Até 5 anos;
- (b) Mais de 3 anos;
- (c) Até 2 anos;
- (d) Por mais de 5 anos.

21. A contribuição sindical anual é descontada do empregado no mês de e recolhida ao seu Sindicato de classe até o último dia útil do mês de (abaixo tem a resposta):

- (a) Fevereiro, abril;
- (b) Abril, junho;
- (c) Março, abril;
- (d) Janeiro, março.

22. No procedimento sumaríssimo, qual deverá ser o prazo máximo para apreciação da Reclamação, pelo Juiz Trabalhista?

- (a) 08 dias;
- (b) 20 dias;
- (c) 15 dias;
- (d) 30 dias.

Direito Comercial

23. Assinale a resposta correta:

- (a) O título de crédito tem natureza contratual;
- (b) O cheque admite aceite;
- (c) Prescreve em cinco anos o prazo para promover a execução do cheque;
- (d) A morte do emitente não invalida os efeitos do cheque.

24. A Lei de Sociedade por Ações:

- (a) Não distingue a companhia aberta da fechada;
- (b) Admite ações sem valor nominal;
- (c) Não cuida da responsabilidade do acionista controlador;
- (d) Veda os acordos de acionistas.

25. É correto afirmar que:

- (a) O banco pode impetrar concordata preventiva;
- (b) Os contratos bilaterais se resolvem com a falência;
- (c) A administração da falência é exercida pelo próprio falido, sob a imediata direção e superintendência do juiz;
- (d) A concordata concedida obriga a todos os credores quirografários.

26. O Código Comercial (Lei nº 556 de 25/06/1850):

- (a) Contém normas sobre a compra e venda mercantil, que afastam a aplicação do Código Civil;
- (b) Foi plenamente revogado pelo Código Civil;
- (c) Está em vigor apenas na Parte Terceira, que cuida das quebras;
- (d) Não distingue o comerciante do não comerciante.

Direito Tributário

27. O imposto sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação compete:

- (a) À União;
- (b) Ao Estado;
- (c) Ao Município;
- (d) Ao Território.

28. Prescrição é tema reservado à:

- (a) Constituição;
- (b) Lei complementar;
- (c) Lei ordinária;
- (d) Medida provisória.

29. O Crédito Tributário prefere a qualquer outro, exceto o:

- (a) Penal;
- (b) Trabalhista;
- (c) Comercial;
- (d) Previdenciário.

30. Os impostos diferem das taxas porque eles:

- (a) São de competência comum;
- (b) São tributos vinculados;
- (c) Têm como fatos geradores prestações de serviços públicos;
- (d) São tributos de competência privativa.

Direito Internacional

31. Nassir, diplomata marroquino, é nomeado embaixador do Marrocos no Brasil onde conhece Cláudia, brasileira, com quem acaba se casando e tendo um filho em Brasília. Supondo que o Marrocos adote o *ius sanguinis* e sabendo que o Brasil adota tanto o *ius sanguinis* quanto o *ius soli*, marque a opção que aponta de forma CORRETA qual(is) a(s) nacionalidade(s) do filho do casal?

- (a) Será apenas marroquino;

- (b) Será apenas brasileiro;
- (c) Será marroquino de origem e brasileiro de origem;
- (d) Todas as alternativas acima estão erradas.

32. O Brasil, em regra, exige que o estrangeiro possua um visto consular para a sua entrada em nosso país. Sobre o tema podemos afirmar:

I - O estrangeiro com visto de turista poderá retirar sua Carteira de Trabalho e Previdência Social após seis meses de permanência em nosso país.

II - O estrangeiro que possui o visto de trânsito poderá permanecer em nosso território em viagem de lazer pelo período máximo de 60 dias.

III - O visto de trânsito poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda ingressar em nosso país na qualidade de artista ou desportista.

IV - O visto de permanência poderá ser concedido ao estrangeiro que queira realizar missão de estudos em nosso país.

- (a) Todas as alternativas são verdadeiras;
- (b) Todas as alternativas são falsas;
- (c) I, II e IV são falsas e III é verdadeira;

(d) I e II são falsas e III e IV são verdadeiras.

33. Sobre as medidas coercitivas adotadas pelo Brasil para a retirada do estrangeiro de nosso território podemos afirmar que:

- (a) A expulsão é a medida adequada para impedir a entrada do estrangeiro irregular em nosso país;
- (b) O estrangeiro que cometer um delito no Brasil será extraditado pelo Supremo Tribunal Federal para ser processado e julgado em seu país de origem;
- (c) O estrangeiro foragido em nosso país será deportado para o seu país de origem a fim de que cumpra a sanção penal que lhe foi imposta por crime cometido em nosso território;
- (d) A deportação é medida que deve ser aplicada pela Polícia Federal para impedir a permanência irregular de um estrangeiro em nosso país.

34. A sentença estrangeira produz efeitos em nosso país:

- (a) Quando ratificada pelo Poder Legislativo;
- (b) Quando autorizada por decreto Presidencial;
- (c) Com a simples tradução por intérprete juramentado;
- (d) Quando homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

Direito Constitucional

35. Afirma-se que a constituição da República Federativa do Brasil em vigor:

- (a) Inclui entre os Direitos e Garantias Fundamentais, em Título próprio, os direitos individuais e coletivos, os direitos sociais, a nacionalidade, os direitos políticos e os partidos políticos;
- (b) Ao prover acerca da Organização do Estado Federal, insere entre as entidades federativas a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a primeira soberana e as demais autônomas, nos termos da lei;
- (c) Autoriza a criação, pelos Municípios, de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas, inseridos nas suas respectivas estruturas orgânicas, de sorte a viabilizar a fiscalização deferida às Câmaras Municipais, mediante controle externo, a exemplo do que ocorre nos planos Federal e Estaduais;
- (d) Faculta a intervenção da União Federal, em hipóteses que menciona, nos Estados, no Distrito Federal, e nos Municípios dos Estados.

36. Em tema de controle de constitucionalidade, indique a alternativa INCORRETA, dentre as seguintes:

- (a) É competente o Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- (b) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão;
- (c) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado;
- (d) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tomar efetiva norma constitucional, o Supremo Tribunal Federal expedirá, desde logo, provimento normativo ou regulamentar, com o objetivo de suprir a omissão verberada.

37. Com pertinência à Organização dos Poderes, é lícito asseverar:

- (a) A Câmara dos Deputados compõem-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, enquanto o Senado Federal se compõe de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional;
- (b) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade;
- (c) Substituirão o Presidente da República, no caso de impedimento, e suceder-lhe-ão, no de vaga, além do Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal, e o do Supremo Tribunal Federal;
- (d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida, dentre outras hipóteses, contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.

38. Sobre ser do processo legislativo, assinale a opção INCORRETA, entre as que se seguem:

- (a) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados;
- (b) A Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio;
- (c) O veto parcial aposto pelo Presidente da República a projeto aprovado pelo Congresso Nacional pode incidir sobre expressões constantes de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea;
- (d) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

39. Assinale a alternativa correta:

- (a) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de qualificações profissionais que a lei vier a estabelecer;
- (b) São privativos de brasileiros natos os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Deputado Federal, de Senador, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa;
- (c) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos, os estrangeiros residentes no País, os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório, e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;
- (d) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados, dentre outros preceitos, o caráter nacional e o funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

40. O remédio constitucional posto à disposição de qualquer cidadão para obter, do Poder Judiciário, a invalidação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural é:

- (a) O *habeas corpus*.
- (b) A ação popular.
- (c) O mandado de segurança.
- (d) O *habeas data*.

Direito Administrativo

41. Uma entidade de administração indireta cujo controle acionário permaneça com a pessoa jurídica de direito público que a tenha criado, mas de cujo capital participem apenas outras pessoas jurídicas de direito público ou entidades de administração indireta, se inclui na categoria de:

- (a) Sociedade de economia mista;
- (b) Autarquia;
- (c) Empresa pública;
- (d) Fundação pública.

42. No *Sistema Administrativo* brasileiro, NÃO produzem efeito *vinculante*, com eficácia *erga omnes*, as decisões proferidas nas ações e/ou arguições:

- (a) De descumprimento de preceito fundamental;
- (b) Diretas de inconstitucionalidade;
- (c) Declaratórias de constitucionalidade;
- (d) Populares.

43. Constitui critério a ser observado no processo administrativo, consoante sua regulamentação federal, o da adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público. Tal critério corresponde a um princípio conhecido como o do(a):

- (a) Motivação;
- (b) Segurança jurídica;
- (c) Proporcionalidade;
- (d) Eficiência.

44. Quando inviável a celebração de convênio entre entidades públicas, a lei recomenda, como alternativa:

- (a) A descentralização;
- (b) A coordenação;
- (c) A parceria;
- (d) O consórcio.

Deontologia Jurídica

45. Um Advogado, inscrito na OAB-RJ e exercendo regularmente a advocacia, foi eleito Vereador do Município de Niterói-RJ e tomou posse.

Pergunta-se: Como fica a situação daquele Advogado/Vereador junto à OAB-RJ e quanto ao exercício da advocacia?

- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando apenas impedido de advogar contra as pessoas de direito público em geral

(inclusive empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, etc...);

- (b) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo livremente a advocacia;
- (c) Ficará licenciado da advocacia e, portanto, totalmente proibido de exercer a advocacia durante todo o tempo em que estiver exercendo o mandato de Vereador;
- (d) Terá cancelada sua inscrição na OAB-RJ.

46. No curso de um processo cível em que funcionava, o Advogado do Réu pediu a este a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para dar ao Serventuário do Cartório da Vara respectiva, para que o mesmo "desse um sumiço" naquele processo.

Pergunta-se: Por tal comportamento e sendo primário, o que pode fazer a OAB àquele Advogado?

- (a) Processá-lo e aplicar-lhe a pena de censura, simples ou com multa;
- (b) Processá-lo e aplicar-lhe a pena de suspensão, simples ou com multa;
- (c) Processá-lo e aplicar-lhe a pena de exclusão, da OAB;
- (d) Nada fazer, por não caber, no caso, qualquer punição disciplinar da OAB.

47. O Advogado MARIO AUGUSTO, que tem inscrição apenas na OAB-RJ, quer ingressar com uma ação na Comarca de Juiz de Fora-MG.

Pergunta-se: Como deve proceder o Advogado Mario Augusto para ingressar com aquela ação?

- (a) Deve fazer uma inscrição suplementar na OAB-MG;
- (b) Deve transferir sua inscrição principal da OAB-RJ para a OAB-MG;
- (c) Deve apenas pedir autorização à OAB-MG (ou à Subseção de Juiz de Fora) para poder funcionar naquela ação;
- (d) Pode propor a referida ação, sem qualquer inscrição, autorização ou comunicação à OAB-MG.

48. Um Advogado retira de Cartório, mediante carga, os autos de um processo em andamento. Decorrido o prazo da vista e não devolvendo os autos, o mesmo Advogado é intimado a devolver aqueles autos em 24 horas e também não o faz, realizando-se então a busca e apreensão dos autos.

Pergunta-se: Ao todo, o que pode ocorrer àquele Advogado?

- (a) Ser punido apenas pela OAB;
- (b) Ser punido pela OAB e também ser responsabilizado por perdas e danos;
- (c) Ser punido pela OAB, perder o direito de vista daqueles autos fora de cartório; pagar multa de ½ salário mínimo, podendo ser responsabilizado por perdas e danos;
- (d) Ser punido pela OAB; ser punido criminalmente pela retenção dos autos; perder o direito de vista daqueles autos fora de cartório e pagar multa de ½ salário mínimo, podendo até ser responsabilizado por perdas e danos.

49. Qual das hipóteses abaixo que, se praticadas por um Advogado, configurará uma lide temerária?

- (a) Propor, por equívoco, uma ação de manutenção de posse, quando a ação correta é a de reintegração de posse;
- (b) Ingressar em Juízo com processo de Execução de honorários advocatícios ajustados verbalmente com o cliente, quando o procedimento correto é o sumário;
- (c) Propor uma ação cobrando uma dívida já quitada, porque sabe que o "devedor" não possui o comprovante (recibo) de pagamento daquela dívida;
- (d) Ingressar com uma ação em juízo quando está suspenso do exercício da advocacia pela OAB (pena de suspensão aplicada pela OAB).

50. Das recomendações abaixo, qual está prevista expressamente no Código de Ética e Disciplina da OAB?

- (a) Não manter sociedade profissional fora dos preceitos da lei;
- (b) Não entender-se diretamente com a parte contrária que tenha patrono constituído, sem o consentimento deste;
- (c) Recusar-se a defender, em processo criminal, o acusado de crime hediondo;
- (d) Não locupletar-se, por qualquer forma, à custa do cliente ou da parte contrária.